



## 3J: DERRUBAR BOLSONARO E TODO O SEU GOVERNO



Diante das últimas revelações feitas pela CPI da Covid nesta sexta-feira (25), com denúncia de corrupção na compra da vacina indiana Covaxin, que aumentaram o desgaste do presidente Jair Bolsonaro, a Campanha Fora Bolsonaro, composta pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, que congregam os maiores partidos de esquerda e centrais sindicais, optou por acelerar o processo de mobilização por sua saída e definiu como nova data para novas manifestações pelo país o 3 de julho. A data de 24 de julho, prevista anteriormente, permanecerá no calendário de mobilizações. A Campanha também deliberou pela entrega do pedido de impeachment unificado, na quarta-feira (30) em Brasília.

A ampliação dos movimentos de rua contra Bolsonaro e as denúncias de corrupção do seu governo, que continua desdenhando da pandemia e das mais de 510 mil mortes, aumentam o clima de tensão no país. Por outro lado, a divulgação da última pesquisa eleitoral que mostra o ex-presidente Lula vencendo no primeiro turno, deixa a direita golpista receosa em perder o controle da situação política. Nesse cenário, o processo de impeachment poderá ganhar apoio de setores que sustentaram o governo Bolsonaro até agora. Para que a derrubada deste governo genocida seja feita em benefício dos trabalhadores, contra o conjunto das políticas neoliberais implementadas por ele, é necessário que as

manifestações sejam controladas exclusivamente pela classe trabalhadora e suas organizações.

A luta contra a miséria que assola grande parte da população, o desemprego e a aprovação de reformas que destroem os serviços públicos e de privatizações que devastam a soberania nacional deve ser levada às ruas pela unidade dos trabalhadores.

Bolsonaro é o típico político outsider usado pela burguesia que, em crise, não consegue ter um representante menos problemático. Seu papel é o de distrair a plateia com imbecilidades enquanto as políticas neoliberais que atacam a vida dos trabalhadores são levadas à cabo pelo Congresso Nacional e Paulo Guedes, seu ministro da economia. Para derrubar esse governo, sustentado pela grande burguesia imperialista e pelos militares, será preciso fortalecer a participação popular nas decisões. E, nesse momento de avanço autoritário, essa participação não pode contar apenas com meios institucionais. É preciso organizar a luta, com os métodos da classe trabalhadora, em paralisações, ocupações e greves.

É urgente ganhar as ruas com as organizações classistas dos trabalhadores, seus sindicatos, centrais, movimentos sociais e partidos de esquerda.

## PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS



O Projeto Somar, do governo do estado de Minas Gerais, prevê a entrega da gestão das escolas públicas para a iniciativa privada. A contratação dos professores será feita por entidades privadas – Organizações Sociais (OS) - o que significa o fim do concurso público para o magistério mineiro.

A privatização da educação é pauta dos empresários que, de olho nos recursos públicos, querem ter o controle das escolas para lucrar ainda mais. A proposta, aplicada em países como Estados Unidos e Chile, fracassou. Mas, no Brasil, é a meta dos governos neoliberais como o de Romeu Zema (Partido Novo), em Minas.

Além da privatização da gestão escolar, a reforma empresarial da educação abre a porta para a “voucherização”, em que pais pobres receberão um cupom para matricular seus filhos em escolas privadas de baixa qualidade. O empresariado terá o controle das escolas, da contratação dos professores, do currículo etc.

É preciso lutar contra o processo de privatização das escolas públicas. Educação é um direito, não pode ser tratada como mercadoria a serviço do lucro dos empresários.

## DEFENDER A SOBERANIA DIGITAL



A inclusão do SERPRO e da DATAPREV no Programa Nacional de Desestatizações mostra que o governo Bolsonaro considera esta uma ação viável. Ocorre que essas estatais cumprem um papel de relevante interesse social e de imprescindível controle direto do Estado. Uma vez ocorrendo interrupção na operação dos sistemas desenvolvidos e mantidos por elas, o Brasil pode parar e a segurança nacional estará arriscada.

Os sistemas desenvolvidos por estas empresas administram dados trabalhistas e previdenciários; dados que sustentam o funcionamento do governo (orçamento, arrecadação, fiscalização, pagamentos, dívida ativa, comércio exterior entre outros); e dados relacionados à defesa nacional. O próprio Ministério Público Federal,

em nota técnica, apontou ser impossível a realização dos serviços prestados pelo SERPRO por empresas privadas e igual análise pode ser feita para a DATAPREV. A coleta de dados pelo poder público tem a finalidade de atendimento ao interesse público e serve para delineamento e aprimoramento das principais políticas públicas brasileiras. NÃO ao plano de privatização do governo Bolsonaro.

## 30J: DIA NACIONAL DE LUTA PELA VALORIZAÇÃO DA ENFERMAGEM



No dia 30, quarta feira, estão previstas manifestações em todo o país pela aprovação do Projeto de Lei 2564/2020, que estabelece o Piso Salarial Nacional da Enfermagem e regulamenta a jornada de trabalho. A categoria, majoritariamente composta por mulheres negras, luta pelo fim da exploração de seu trabalho por meio de salários abusivamente baixos.

A enfermagem está na linha de frente do atendimento à saúde no Brasil. Neste momento de pandemia, a desvalorização salarial, a sobrecarga e a falta de condições de trabalho desses profissionais revelaram o descaso dos governos com a saúde pública. Uma a cada quatro mortes de profissionais da enfermagem ocorridas no mundo é de um brasileiro.

É fundamental que os atos do dia 30 ganhem a atenção da sociedade e que as lideranças das entidades representativas da categoria e as Centrais sindicais mobilizem os trabalhadores para exigir a aprovação do PL, com os valores previstos no projeto original e limite de 30h semanais para a jornada.